



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640167 - RJ (2021/0013581-0)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : JOSE AUGUSTO CARNEIRO NETO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSÉ AUGUSTO CARNEIRO NETO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO (Apelação Criminal n. 0009364-85.2019.8.19.0014).

O paciente foi condenado pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 à pena de 6 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado, além do pagamento de 666 dias-multa, no valor mínimo legal.

Sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a conduta deveria ser desclassificada para consumo próprio ou deveria ser afastada a valoração negativa das circunstâncias referentes à natureza da droga, antecedentes e conduta social para ser fixada a pena-base mínima legal. Assevera, ainda, o reconhecimento do tráfico privilegiado, a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos e a fixação de regime menos gravoso para início de cumprimento de pena.

Requer, liminarmente, a desclassificação da conduta e a redução da pena-base para o patamar mínimo legal. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência